



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 03/ANSR/2024

Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados

CPV - CPV-35121300-1

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do contrato e procedimento de contratação

1. O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, e tem por objeto a “Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados”, nos termos do disposto no Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição encontra-se classificada no vocabulário comum n.º CPV-35121300-1 - Acessórios de segurança.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), pessoa coletiva n.º 600082563, com sede na Av. de Casal de Cabanas, n.º 1, 2734-507 Barcarena.

Artigo 3.º

Órgão Competente

Nos termos supramencionados e nos melhores de direito, nomeadamente nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos e na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência para autorizar a respetiva despesa é do Senhor Presidente da ANSR no uso de competências próprias.

Artigo 4.º

Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento

O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 130.º, todos do CCP.

Artigo 5.º

Processo do concurso

1. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças procedimentais: anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos anexos que dele façam parte.

2. O processo pode ser consultado na Divisão de Apoio e Desenvolvimento Organizacional (DADO), sita na Avenida de Casal de Cabanas, n.º 1, 2734-507 Barcarena, entre as 09h00 e as 12h30 e as 14h00 e as 17h00, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os interessados deverão adquirir as peças do concurso gratuitamente na plataforma eletrónica utilizada pela ANSR, através do seguinte endereço www.acingov.pt.
4. O acesso às peças do concurso, através da plataforma referida no artigo anterior, implica a prévia adesão do interessado à mesma, que deverá ser realizada na própria plataforma, desde que seja detentor de certificado eletrónico qualificado. A entidade que gere o domínio www.acingov.pt, é totalmente responsável pela disponibilização dos elementos necessários e auxílio na credenciação dos interessados.
5. No caso de o interessado já se encontrar registado na plataforma eletrónica, o ponto anterior do presente artigo não se aplicará.
6. Todas as comunicações e notificações entre a entidade, o júri do procedimento e os interessados, na fase da formação do contrato, serão efetuadas, a través da plataforma eletrónica, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e Retificação das Peças do Concurso

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do Júri nele designado, devendo os mesmos ser solicitados, por escrito, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, são prestados por escrito até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. As retificações de erros e omissões das peças do procedimento podem ser efetuadas nos termos e no prazo referido no número anterior e cabe ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação acima identificada e são juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. São admitidos ao concurso todas as entidades que satisfaçam os requisitos deste programa de procedimento e estejam aptas a cumprir as obrigações decorrentes do caderno de encargos.
3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato em consórcio externo, com responsabilidade solidária, devendo no respetivo contrato ser designado o chefe de consórcio, conferindo-lhe os poderes necessários para a eficaz execução contratual, passando este a ser o único interlocutor perante a entidade adjudicante.
7. Estão impedidos de apresentar proposta quaisquer concorrentes que se encontrem nas situações descritas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

Artigo 8.º

Noção de Proposta

A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifeste à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

Artigo 9.º

Júri do Procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia funções no dia útil seguinte ao do envio do anúncio para publicação.

2. Ao Júri do procedimento compete proceder à análise e avaliação das propostas de acordo com o critério de adjudicação, à elaboração do relatório preliminar, à audiência prévia dos concorrentes e à elaboração do relatório final.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DAS PROPOSTAS E RESPETIVA APRESENTAÇÃO

Artigo 10.º

Prazo e Forma para Apresentação de Propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt , até às 23h59 do 30º dia, a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Todos os documentos carregados na plataforma acinGov, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do decreto-Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas datas e hora, sendo entregues aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Artigo 11.º

Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao do termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.

Artigo 12.º

Indicação do Preço

1. Os preços constantes das propostas são indicados em algarismos e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), devendo ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.
2. Quando os preços constantes das propostas forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 13.º

Documentos das Propostas

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública**, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do CCP, devidamente preenchido e assinado pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>.
 - b) **Declaração** a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]; elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** às peças do procedimento
 - c) **Declaração contendo os atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** às peças do procedimento;
 - d) Certidão Permanente ou o respetivo código de acesso e/ou procuração, ou outro documento de representação.
 - a) **Certidão Permanente** ou o respetivo **código de acesso** e/ou **procuração**, ou outro documento de representação.
2. Os documentos referidos no número anterior deverão ser assinados por representante(s) do concorrente que tenha(m) poderes para o obrigar;

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os referidos documentos deverão ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à mesma os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou respetivos representantes.

Artigo 14.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma utilizada pela entidade adjudicante, indicada no artigo 3.º deste programa de procedimento, através de meios de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2. Todos os documentos deverão ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada e nos termos do art.º 54º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto. Caso a assinatura dos documentos, ainda que seja realizada através da utilização de um certificado eletrónico qualificado, não permita relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma, juntamente com a proposta, um documento eletrónico oficial, nomeadamente cópia da certidão permanente do registo comercial, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo atrás enunciado.
3. No caso dos documentos da proposta serem apresentados através de uma pasta zipada (tipo ZIP ou RAR), todos os documentos contidos nessa mesma pasta zipada, deverão estar individualmente assinados eletronicamente mediante a utilização de um certificado de assinatura digital qualificada.
4. Do mesmo modo, e caso os documentos da proposta sejam agrupados num único ficheiro em formato PDF, todos os documentos contidos nesse mesmo ficheiro deverão estar.

Artigo 15.º

Idioma dos documentos das propostas

Os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, acompanhado de devida tradução legal, acompanhada de documento que declare a sua prevalência sobre o documento que foi traduzido.

Artigo 16.º

Prazo de Manutenção de Propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 120 dias (cento e vinte dias) contados da data do termo do prazo para a apresentação das mesmas.

Artigo 17.º

Apresentação de Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 18.º

Negociação das Propostas

As propostas apresentadas não são objeto de negociação.

Artigo 19.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70º do CCP, conjugado com o artigo 15.º do presente programa de procedimento.
3. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.
4. Caso os esclarecimentos solicitados não sejam apresentados dentro do prazo fixado para o seu efeito, a proposta deverá ser excluída nos termos do disposto no artigo 20.º, alínea i) do presente programa de procedimento.

Artigo 20.º

Exclusão das propostas

São excluídas, nomeadamente, e sem prejuízo de outros motivos de exclusão constantes das peças do procedimento ou da legislação, as propostas cuja análise revele:

- a) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 13.º do Programa de Concurso;
- b) Que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;

- c) Que apresentam algum dos atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos 10 a 12 do artigo 49.º do CCP;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP;
- e) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- f) Um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados;
- g) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- h) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- i) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- j) Que não se encontrem assinadas por representante que tenha poderes para o obrigar, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, após pedido da declaração de ratificação.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 21.º

Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator de acordo com o disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo o único critério o preço.
2. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros e, se houver necessidade, serão arredondados ao cêntimo para efeitos de aplicação do critério de adjudicação previsto no n.º 1.
3. O critério de desempate será o sorteio, realizado na presença do Adjudicatário, em data e local a indicar pelo júri, sendo que ficará em primeiro lugar o concorrente a quem no sorteio calhar a bola branca.

4. As propostas não são objeto de negociação.

Artigo 22.º

Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final

1. Analisadas as candidaturas e aplicado o critério de qualificação, o Júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual, nos termos do disposto no artigo 146.º do CCP, deve propor a ordenação dos candidatos.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão dos candidatos cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório preliminar é notificado a todos os candidatos, podendo estes, num prazo de 5 dias, pronunciar-se, por escrito, através da plataforma, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.
4. Concluída a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP, que submete ao órgão competente para a decisão de contratar.
5. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas do júri contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO IV

ADJUDICAÇÃO

Artigo 23.º

Dever de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida.

Artigo 24.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:

- a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP, no que respeita às propostas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 25.º

Revogação da decisão de contratar

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 26.º

Notificação de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, sendo acompanhada do relatório final de análise das propostas.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação.

Artigo 27.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação de adjudicação, os documentos constantes do artigo 81.º do CCP;
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 28.º do presente Programa do Procedimento;
 - b) Prestar a caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor, sob pena de, não a prestando em tempo, a adjudicação caducar, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 91.º do CCP;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito.

3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 28.º

Documentos de Habilitação do Adjudicatário

1. O Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, emitida conforme modelo constante da proposta I a este Programa;

a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

- i. Certidão comprovativa da regular situação tributária relativa a impostos devidos em Portugal;
- ii. Certidão comprovativa da regular situação relativa a contribuições para a segurança social em Portugal;
- iii. Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência;
- iv. Certificado de registo criminal da empresa;

b) Certidão permanente atualizada;

c) A identificação do contacto e/ou responsável pela execução do contrato;

d) Comprovativo legal do ato que confere poderes de representação para outorga do contrato em caso de agrupamento ou consórcio, nos termos da Lei n.º 4/73, de 4 de junho ou Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, nas suas versões atualizadas;

e) Declaração do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo;

2. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para a respetiva supressão.

3. Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis para o efeito.

Artigo 29.º

Não apresentação dos Documentos de Habilitação

1. Sem prejuízo, do disposto nos artigos 87.º e 87.º-A, do Códigos dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no presente Programa do procedimento;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Redigidos em língua portuguesa ou, no caso previsto na alínea c) n.º 1 do artigo 86.º do mesmo diploma legal, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 20.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 31.º

Redução do contrato a escrito e respetiva minuta

1. Salvo nos casos de dispensa nos termos do artigo 95.º do CCP o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, podendo sê-lo em suporte de papel quando não tiver sido utilizada plataforma eletrónica para a tramitação do procedimento.

2. Com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o Adjudicatário da minuta de contrato aprovada, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação do Adjudicatário da sua decisão, nos termos mencionados no n.º 2, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
6. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo Adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
7. O prazo de 10 (dez) dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.
8. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias:
9. No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
10. No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

Artigo 32.º

Encargos dos concorrentes

Correm por conta do Adjudicatário as despesas e encargos decorrentes da celebração do contrato.

Artigo 33.º

Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente Programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos

Artigo 34.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual e restante legislação aplicável.

Anexos:

Anexo I - Modelo de declaração a que se refere a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP];

Anexo II - Modelo de proposta;

ANEXO I

Modelo de Declaração

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 03/ANSR/2024

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 03/ANSR/2024 - Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a. ...

b. ...

c. ...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

-
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de Declaração

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 03/ANSR/2024

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP]

_____ [denominação social, sede, capital social, número de identificação fiscal e número de matrícula no registo comercial], representada por _____ [nome, número de documento de identificação e morada] tendo tomado perfeito conhecimento do teor do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos do Procedimento com a ref.^a **CPI 03.ANSR.2024 - Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados** propõe-se prestar os serviços objeto do presente procedimento, pelo valor:

- ✓ De € ____ __, __ (_____) [indicar valor sem IVA por algarismos e por extenso], a que será acrescido o imposto sobre o valor acrescentado, € ____ __, __ (_____) indicar valor por algarismos e por extenso], à taxa legal em vigor